

DIFERENÇAS SEXUAIS NA ALOCAÇÃO DE RECURSOS:
SUJEITOS, EXPERIMENTADORES, PERSONAGENS E TAREFAS

José Augusto Evangelho Hernandez

Dissertação apresentada como exigência parcial
para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia
sob orientação do Prof.
Cláudio S. Hutz, Ph D.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Curso de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento
abril de 1993

À Lúcia, pelo apoio
sempre que foi
necessário. Obrigado.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Cláudio S. Hutz, orientador deste trabalho, que viabilizou a sua realização;

À Professora Doutora Ângela M. B. Biaggio por suas observações na fase de conclusão e participação na banca examinadora;

À Professora Doutora Jandira Fachel por sua assessoria na análise dos dados;

Ao Professor Doutor Jorge La Rosa pelo levantamento de questões enriquecedoras e participação na banca examinadora;

À Professora Doutora Nara M. G. Bernardes pela sua valiosa contribuição participando da banca examinadora;

À aluna-bolsista Ana Paula Schmidt, que teve trabalho decisivo na coleta dos dados;

Ao aluno Francisco Heitor da Rosa pela assessoria na operação de computadores;

Aos professores do Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e do Departamento de Psicologia por todo apoio prestado durante a realização desta dissertação;

Às Escolas Estaduais Felipe de Oliveira, William Schisler, Duque de Caxias, Leopolda Barnetwitz, Cândido Portinari e Apeles Portoalegre, juntamente com os professores e alunos de quinta e sexta séries do primeiro grau, sem os quais não teria sido possível esta pesquisa;

Aos funcionários da Secretaria do Departamento de Psicologia e da Biblioteca pela assistência prestada.

SUMÁRIO

| | Página |
|---|--------|
| Lista de Tabelas | 5 |
| Resumo | 6 |
| Abstract | 7 |
| Capítulo | |
| I. INTRODUÇÃO | 8 |
| II. MÉTODO | 24 |
| 2.1. Delineamento..... | 24 |
| 2.2. Sujeitos | 24 |
| 2.3. Instrumento | 24 |
| 2.4. Procedimento | 25 |
| 2.5. Análise de Dados..... | 26 |
| III. RESULTADOS | 27 |
| 3.1. Critérios de Alocação | 27 |
| 3.2. Alocação de Recursos | 30 |
| IV. DISCUSSÃO | 35 |
| REFERÊNCIAS | 41 |
| ANEXOS | 47 |
| Anexo 1 - Instrumento para alocação de recursos | 47 |
| Anexo 2 - Resultados da seleção de tarefas | 48 |
| Anexo 3 - Instrumento para selecionar tarefas | 49 |
| Anexo 4 - Delineamento Fatorial..... | 50 |

LISTA DE TABELAS

| | Página |
|---|--------|
| Tabela 1 - Frequências dos critérios de alocação por Sexo do sujeito | 27 |
| Tabela 2 - Frequências dos critérios de alocação por Sexo do Experimentador | 29 |
| Tabela 3 - Frequências dos critérios de alocação por Sexo do Experimentador e Sexo da Tarefa | 30 |
| Tabela 4 - Médias das alocações em cruzeiros por Sexo do Sujeito | 31 |
| Tabela 5 - Médias das alocações em cruzeiros por Sexo do Sujeito, Sexo do Experimentador e Sexo da Tarefa | 32 |
| Tabela 6 - Médias das alocações em cruzeiros por Sexo da Tarefa (situações 3 e 4) | 33 |
| Tabela 7 - Médias das alocações em cruzeiros por Sexo do Experimentador (situação 6) | 34 |

RESUMO

O intuito deste trabalho foi investigar as possíveis influências de tarefas socialmente convencionadas como vinculadas ao sexo sobre a utilização de princípios de Justiça Distributiva em alocações de recursos numa situação hipotética.

Foram entrevistadas 686 crianças, de ambos os sexos, com idade média de 12,2 anos, cursando as quintas e sextas séries do I grau de escolas da rede pública estadual e de níveis sócio-econômicos médio e médio-baixo. A amostra foi dividida entre dois entrevistadores de sexos diferentes.

Foi usado uma história ilustrada por uma série de 21 desenhos. Cada desenho representou uma situação experimental aonde foram manipuladas as variáveis sexo dos personagens, tarefas vinculadas ao sexo e quantidade de trabalho produzido.

Foram encontrados efeitos significativos do Sexo do Experimentador sobre o comportamento de alocação do sujeitos. Além disso, apareceram indicativos sugestivos de maior valorização da tarefa masculina e de tendência de sujeitos do sexo masculino para distribuir recompensas de maneira eqüitativa e sujeitos do sexo feminino, de maneira igualitária.

ABSTRACT

The purpose of this study is to investigate the possible influence of sex-linked tasks on distributive-justice behavior in a fictitious situation.

The subjects of the present study were 686 children, males and females, mean age 12,2 years, attending public schools. The sample was divided between two experimenters of different sexes.

A story illustrated by one set of 21 drawings was utilized. Each drawing showed one experimental situation where the factors sex of personage, sex linked-tasks, and amount of work were manipulated.

Significant effects for Sex of Experimenter on the subjects allocation behavior were found. Furthermore, suggestive indicators of greater appreciation of masculine task arose, as well as a tendency for the male subjects to employ reward allocations that are more equitable and for female subjects to use more equalitarian reward allocations.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

O conceito de justiça tem sido visto, por alguns, como um meio de resolução de conflitos entre várias reivindicações interpessoais, no qual a solução proposta é aceitável (justa) para todas as partes envolvidas. Para outros, justiça não se refere apenas ao tratamento imparcial, mas também ao respeito à necessidade e aos direitos inerentes à natureza humana (Furby, 1986).

Cada vez mais aumenta a preocupação com a ontogenia do conceito de justiça. Buscando responder como se dá o processo de desenvolvimento dos conceitos nas pessoas, no mínimo, três abordagens se inscrevem: 1) "a crença num mundo justo"; 2) desenvolvimento cognitivo; 3) justiça distributiva.

As raízes da "crença num mundo justo" estão na experiência universal da infância aonde, com freqüência, a criança abandona gratificações imediatas (menores) aguardando gratificações posteriores (maiores). Esta habilidade infantil possibilita a criança antecipar várias alternativas para ações e suas conseqüências e, também, aprender a prever certos resultados se atender às pré-condições para obtê-los. Estas expectativas formam as bases do conceito de Merecimento (Lerner, 1980).

Na abordagem cognitiva, Piaget (1977), em seu estudo do desenvolvimento moral, descreveu dois níveis básicos de raciocínio moral: no nível de "moralidade de coerção" a criança iguala o que é certo com o comando que recebe dos adultos. Trata-se de um respeito unilateral às regras dos adultos, as quais definem o que é certo e o que é errado. A partir das interações com os pares, a criança desenvolve a "moralidade de cooperação" baseada na reciprocidade. A justiça é alcançada quando o interesse de todos os envolvidos é balanceado.

Kohlberg (1984), extendendo os estudos de Piaget, enquadra-se na tradição estruturalista e defende que as estruturas de justiça são representadas por seis estágios universais que fundamentam a organização cognitiva de nosso mundo social.

Conceito de justiça que é entendido como evoluindo de uma orientação autoritária e hedonística inicial, enfatizando conseqüências externas, para uma orientação convencional ou dominada pela conformidade com as regras sociais e, finalmente, para princípios universais construídos autonomamente ou num tipo de contrato social.

Segundo Damon (1983), alguns teóricos têm colocado as raízes do desenvolvimento de moralidade num estágio da infância de obediência unilateral à autoridade do adulto, como se justiça fosse uma noção entendida somente por adultos. A postura destas teorias considera apenas a relação adulto-criança e desprestigia o comportamento social de pares orientados, fundamental no desenvolvimento moral das crianças. Damon (1983) considera um aspecto da justiça que é relacionado com problemas criados em interação pró-social, ao qual denomina Justiça Positiva. Justiça Positiva centra-se em conflitos que envolvem a distribuição de bens e benefícios, por exemplo: como fazer uma divisão de bens, brinquedos e comida entre companheiros de jogo na infância. Em Justiça Positiva estão excluídas todas as justiças relacionadas com o retributivo, tais como, que espécie de punição combina melhor com uma má ação. Raciocínio de Justiça Positiva é o aspecto do julgamento moral que determina soluções para problemas pró-sociais: quem dividirá, o que dividir, o quanto dividir e quem merece a recompensa.

Dentro da Teoria da Equidade diversos estudos têm sido dirigidos para a questão do desenvolvimento (Hook & Cook, 1979). Os resultados mostram que: a) crianças muito jovens fazem alocações com base em auto-interesse; b) crianças com idade entre 5 e 10 anos tornam-se progressivamente mais igualitárias; c) crianças com 5 ou 6 anos já entendem as regras de contribuição, porém não sabem aplicá-las como padrão de distribuição, o que irá efetivar-se na adolescência média.

Grande parte das pesquisas sobre Justiça em Psicologia Social tem sido realizada na linha denominada Justiça Distributiva. Estes estudos, basicamente, se constituem de observações de alocações comparativas de vantagens e desvantagens

para as pessoas. Este trabalho desenvolveu-se da Teoria da Permuta Social, um campo de estudo situado na conjunção da Sociologia e da Psicologia. A Teoria da Permuta enfatiza o papel da distribuição, considera a permuta na modelagem da dinâmica das interações interpessoais. Esta visão, essencialmente, aborda toda a interação social como transações, nas quais recompensas e punições (ou ganhos e perdas) são trocados entre indivíduos ou grupos de indivíduos (Furby, 1986).

Existem duas principais soluções históricas para o problema distributivo, as quais perduram nos dias atuais. Uma delas se refere à esfera econômica e a outra, à vida social. São elas: a solução equitativa e a solução igualitária. Elas diferem nos seus entendimentos das condições apropriadas para a criação da harmonia, e da coesão e refletem, fundamentalmente, concepções diferentes sobre a natureza do humano (Sampson, 1975).

Homans (1961) pode ser considerado como um dos primeiros a trabalhar com um conceito articulado de Justiça Distributiva que alcançou o status de teoria. Trata-se de uma teoria que emprega termos quase-econômicos. Justiça Distributiva, entre pessoas que estão em relacionamento de permuta, existe quando os ganhos de cada um são proporcionais aos seus investimentos. Quando uma desigualdade entre proporções existe, os participantes da permuta experimentarão um sentimento de injustiça e uma ou outra parte experimentará privação. Assim, por exemplo, se a existência do sexo masculino é percebido como um investimento mais alto do que a existência do sexo feminino, uma mulher trabalhadora, ganhando menos do que um homem e fazendo o mesmo trabalho que ele, não se sentirá tratada injustamente. A Justiça é uma composição de igualdade dentro da desigualdade (Adams, 1965). Em suma, conforme Furby (1986), no coração da Teoria da Equidade encontra-se a "regra das contribuições" que afirma que julgamento de justiça reflete a proporção relativa de contribuições (ou investimentos) para rendimentos (ou resultados).

Diversos trabalhos embrionários dentro desta estrutura chamada Teoria da Equidade, estimularam um grande número de pesquisas empíricas nos anos 60 e 70 (Adams, 1963, 1965;

Leventhal & Anderson, 1970; Leventhal & Lane, 1970; Streater & Chertkoff, 1976; Anderson & Butzin, 1978; Hook & Cook, 1979).

Por outro lado, Deutsch (1975) salienta que a equidade é apenas um dos diversos valores que fundamentam um dado sistema de Justiça. Apesar disso, ele reconhece que grande parte da literatura da pesquisa de Psicologia Social que lida com Justiça tem se concentrado em estudos relacionados com equidade. Isso se constitui em um fato natural numa sociedade em que os valores econômicos permeiam todos os aspectos da vida social. Porém, questões de justiça podem ser decididas em termos que não são relacionados com proporção investimentos-resultados. Sampson (1975) sustenta que a solução igualitária é baseada em um princípio que divide recursos igualitariamente, argumentando que investimentos diferenciais não fornecem uma base legítima para reivindicações feitas em resultados diferenciais. Igualdade não requer uma homogeneização de pessoas que podem, na verdade, ser diferenciadas em diversos aspectos (idade, sexo, autoridade, níveis de habilidade, anos de treinamento, etc), mas, antes de tudo, mostra que estas diferenças não requerem acesso diferencial aos recursos. Todas as pessoas merecem o mesmo que as outras.

Como uma reação a abordagem equitativa dominante na área da Psicologia Social da Justiça, alguns pesquisadores, liderados por Deutsch (1975), desenvolveram um programa de pesquisas, no qual os resultados mostraram quatro diferentes princípios de alocação de recursos usados pelos sujeitos. Estes foram descritos da seguinte maneira: 1) "O vencedor leva tudo": a pessoa que tiver o melhor desempenho fica com toda a recompensa; 2) Proporcionalidade: cada pessoa é remunerada de acordo com a sua contribuição; 3) Igualdade: cada pessoa é remunerada com uma parte igual do todo; 4) Necessidade: cada pessoa é remunerada de acordo com sua necessidade. Os princípios citados foram confirmados em outras pesquisas (Sampson, 1975).

Embora outros pesquisadores tenham encontrado inúmeros outros critérios de alocação de recursos, equidade, igualdade e necessidade mantêm-se como princípios básicos de Justiça Distributiva.

O objetivo principal desta linha de pesquisa em Justiça Distributiva tem sido o de especificar quando os diferentes padrões ou critérios de justiça são empregados pelas pessoas. Em termos gerais, a escolha de um padrão de justiça parece depender de: a) nível de intimidade entre os indivíduos envolvidos; b) o grau de interdependência e cooperação na obtenção dos recursos em questão; c) diferentes fatores individuais e grupais, tais como: classe social e sexo (Austin & McGinn, 1977; Enright et al., 1980; Deutsch, 1985).

Na década de oitenta foram realizados uma série de estudos sobre Justiça Distributiva no Brasil (Assmar, 1985; Rodrigues, 1985; Assmar et al., 1987; Assmar, 1988). Estas pesquisas focalizaram o comportamento social de alocação de recursos (preferência por equidade, igualdade ou necessidade) e sua relação com variáveis psicológicas e situacionais. Dentre os resultados mais significativos, alguns mostraram que os brasileiros tendem a preferir alocações igualitárias e escolher a equidade apenas quando esta regra produz distribuições iguais. Hutz et al. (1991), investigando os efeitos do tipo de situação na utilização das regras de distribuição, encontrou resultados que confirmam pesquisas citadas acima.

Pesquisas realizadas em Justiça Distributiva têm, com frequência, encontrado diferenças nas maneiras como homens e mulheres alocam recursos.

Leventhal e Anderson (1970) investigaram como crianças em idade pré-escolares classificam seus desempenhos com relação a um parceiro fictício de mesmo sexo, idade e tarefa. A tarefa utilizada foi a de colar estrelas gomadas em um cartão de registro de produção. Posteriormente, os cartões eram comparados e, então, o sujeito procedia a alocação de recursos. As recompensas eram selos adesivos com figuras diversas. O experimentador era do sexo masculino. Os autores citados observaram que meninos com desempenho superior tomaram para si mais da metade da recompensa, uma divisão que foi maior do que a feita por meninos com desempenho igual a de seus parceiros. Entre as meninas, este efeito não apareceu. Porém, entre crianças com

desempenho inferior, nem meninas e nem meninos tomaram menos do que a metade da recompensa, mas ambos diminuíram o tamanho do desempenho de seus parceiros.

Lerner (1974) encontrou resultados opostos aos encontrados por Leventhal e Anderson (1970). O pesquisador realizou três experimentos examinando o uso das formas de justiça, equidade e igualdade, na determinação de alocação de recompensas. Os sujeitos eram alunos de jardim de infância e primeiro grau. O autor relata que as meninas em ambos os grupos etários tenderam a tomar para si mais recompensas do que os meninos. O autor sugere duas possibilidades de explicações para esta inversão de resultados. Uma se refere ao fato de que os sujeitos de seu estudo eram canadenses, enquanto que os anteriores eram americanos. O efeito, no caso, estaria relacionado com uma forte diferença cultural. Outra, mais provável, é o fato de que o experimentador de Lerner foi uma mulher, enquanto que em Leventhal era um homem. A tarefa usada por Lerner no experimento 1 foi a mesma do estudo de Leventhal (1970). Contudo, no experimento 2, Lerner usou uma tarefa de colar quadrados compondo uma espécie de tabuleiro de xadrez e a remuneração consistiu-se de canetas esferográficas.

Benton (1971), examinando a atitude e comportamento de barganha de meninos e meninas pré-adolescentes (9-12 anos) com relação a divisão de recompensas, encontrou os seguintes resultados: a) as meninas preferem seguir a norma igualitária, mas adotam uma solução equitativa para problema de alocação que não permitir uma divisão igual; b) os meninos preferem seguir uma norma de equidade, no entanto, esta preferência poderá ser esquecida quando é estimulada a competição. A tarefa usada consistia de um teste de leitura e compreensão de texto por meio de questões de múltipla escolha. Conforme suas performances os sujeitos teriam direito a escolher os brinquedos que queriam para brincar. Tais brinquedos foram, previamente, classificados na ordem de preferência dos sujeitos. Os sujeitos foram emparelhados com relação a idade, habilidade de leitura e grau de relacionamento.

Estudo observando como sujeitos com idade entre 5-6 anos distribuem recompensas entre outras pessoas foi realizado por Leventhal, Popp e Sawyer (1973). No primeiro experimento, os pesquisadores adotaram a tarefa de colocar pinos em uma tábua, considerando a rapidez. A recompensa a ser distribuída era selo adesivo com figuras decorativas. O experimentador era do sexo feminino. Os parceiros fictícios não tinham sexo definido. No segundo experimento, a tarefa foi a de encher buracos em uma prateleira com cubos o mais rápido possível. O experimentador era do sexo masculino. Em ambos os experimentos, a tendência para dar mais recompensas a pessoa de melhor desempenho apareceu mais forte nos meninos do que nas meninas. No entanto, esta diferença entre os sexos foi amenizada quando os sujeitos tinham em mente que uma mulher adulta avaliaria as distribuições de recompensas feitas pelos sujeitos. Este fato sugere, novamente, possibilidade de influência da variável sexo do observador/experimentador sobre a distribuição de recompensas.

As tarefas usadas por Leventhal e Anderson (1970) e Lerner (1974) são, aparentemente, sexualmente neutras. Porém, em seus estudos, esses pesquisadores não verificaram as possíveis vinculações das tarefas com os sexos dos sujeitos. Benton (1971), apesar de usar tarefa na mesma condição anterior, procurou fazer uma equiparação da habilidade dos sujeitos na tarefa. Este último, relatou a presença de experimentador de ambos os sexos no experimento, entretanto, sua descrição não assegura controle sobre esta variável. Leventhal, Popp e Sawyer (1973), embora tenham controlado sexo do experimentador, também não controlaram a vinculação sexual da tarefa usada nos seus experimentos. O que diferencia, sobremaneira, este estudo dos anteriores e o aproxima do presente estudo, é a situação de distribuição de recompensas pelo sujeito para outras duas pessoas fictícias. Contudo, o sexo dos personagens não foi definido para os sujeitos alocadores. Nos estudos de Leventhal e Anderson (1970), Lerner (1974) e Benton, (1971) os sujeitos distribuem recompensas entre si mesmos e um parceiro fictício de mesmo sexo.

Contudo, alguns pesquisadores relatam que não encontraram

diferenças de sexo em seus estudos de justiça distributiva. Essas pesquisas também usaram sujeitos infantis ou pré-adolescentes. Lane e Coon (1972) realizaram estudo semelhante a Leventhal e Anderson (1970). A tarefa empregada foi a de colar adesivos em um cartão, a remuneração era selo adesivo com figuras e o experimentador era do sexo masculino. A alocação era feita por sujeitos de 4 e 5 anos de idade a parceiros fictícios de mesma idade e sexo. As variáveis manipuladas foram idade dos sujeitos, sexo dos sujeitos, investimentos do sujeito e investimentos do parceiro. Em seu estudo, Streater e Chertkoff (1976) utilizaram as variáveis idade, condições experimentais e sexo para testar paradigmas de distribuição de recursos usados em pesquisas anteriores, tais como: sujeito como participante, sujeito como alocador e sujeito em negociação (Leventhal & Anderson, 1970; Lerner, 1974; Leventhal, Popp & Sawyer, 1973; Benton, 1971). A tarefa adotada pelos autores foi a de "ponto por ponto". Esta tarefa consiste de uma série de pontos numerados que quando conectados por linhas em seqüência numérica, formam figuras diversas. Os pesquisadores relataram que escolheram esta tarefa por tratar-se de atividade adequada aos níveis de idade de seus sujeitos (6-13 anos). Entretanto, a natureza sexual da tarefa e o sexo do experimentador não foram objetos de controle nestes experimentos. O objetivo do estudo de Hook (1982) era de investigar o desenvolvimento da Equidade e sua relação com julgamentos de Justiça Positiva e Negativa (alocação de recompensas e prejuízos, respectivamente) com os seguintes fatores: (3) níveis de investimento, (2) níveis de resultados e (4) níveis de idade. O autor relatou que inspeção e análise separadas de dados por sexo de alocador, forma de estória e ordem de apresentação não revelaram diferenças. A tarefa era de distribuição de recompensas para personagens de diversas estórias. Nestas estórias o sexo dos personagens era adequado ao sexo do sujeito. Os personagens desempenhavam tarefas como: remover neve com auxílio de pás, juntar folhas de árvores, danificar vasos e quebrar xícaras. As tarefas das estórias não foram testadas com relação a vinculação sexual e não houve

controle da variável sexo do experimentador. O recurso a ser distribuído era dinheiro.

Conforme visto nos estudos citados, o paradigma típico desta linha de pesquisa se caracteriza pelo sujeito e um variado número de parceiros recebendo recompensas pelo desempenho em uma tarefa. Os sujeitos distribuem recompensas entre si mesmos e parceiros ou entre outros apenas, excluindo a si próprios. Independente da aparente consistência com que as diferenças sexuais básicas têm sido replicadas, existe pouca pesquisa buscando identificar as causas das mesmas. Em geral, evidências empíricas têm indicado que homens preferem a norma da equidade na distribuição de recompensas, enquanto as mulheres aderem à norma da igualdade (Major & Adams, 1983). Algumas explicações são dadas para tentar compreender esta situação. Dentre elas, salientam-se as seguintes explicações: 1) Diferença sexual na Orientação Interpessoal ou objetivos (Kahn et al., 1980); 2) Diferentes normas de papel sexual relativas a auto-representação (Kidder, Bellettirrie & Cohn, 1977); 3) Diferenças sexuais na avaliação subjetiva ou nas atribuições para desempenho (Wittig, Marks & Jones, 1981).

A mais usual das explicações acima é que homens e mulheres diferem em suas orientações interpessoais, estilos ou objetivos, e estas diferenças levam para diferentes padrões de alocação. Kahn et al. (1980) propuseram que, devido a diferentes histórias de socialização, mulheres são mais orientadas para aspectos interpessoais de seus relacionamentos e buscam estabelecer e manter relações amigáveis com seus parceiros, enquanto homens são mais relacionados com a tarefa, com o aumento de seus próprios ganhos ou com a afirmação de seus status sobre os outros. Esta perspectiva tem observado a similaridade entre os objetivos de interação presumidos para as mulheres e os objetivos adotados na alocação igualitária comparados com os objetivos de interação presumidos para os homens e os objetivos adotados na alocação equitativa (Deutsch, 1975; Sampson, 1975).

Watts, Messé e Vallacher (1982) buscaram testar a perspectiva da Orientação Interpessoal. Os autores utilizaram um Inventário de Personalidade, "Survey of Interpersonal Values"

(SIV), para medir ação/atividade e comunhão/participação. Os homens deveriam ser orientados pela ação/atividade, enquanto as mulheres, pela comunhão/participação. Foram selecionados 90 sujeitos dentre 585 universitários submetidos ao SIV. As variáveis manipuladas no experimento de alocação de recompensas foram sexo do sujeito, sexo do parceiro, escore de ação (alto ou baixo) e escore de comunhão (alto ou baixo). A variável dependente foi a quantia de dinheiro que o sujeito alocou para si mesmo. A tarefa executada pelos sujeitos foi de escrever argumentos em acordo ou desacordo com oito afirmações sobre questões relevantes para estudantes universitários. Os resultados mostraram que os homens foram mais "ativos", enquanto as mulheres foram mais "participativas". Além disso, essas diferenças de personalidade vinculadas ao sexo foram relacionadas com suas alocações. No entanto, Major e Adams (1983) acham incertas as propriedades psicométricas da escala de "ação-comunhão" e questionam os resultados obtidos pelos autores citados. Com instrumentos supostamente mais consistentes, Major e Adams (1983) fizeram nova tentativa de testagem da explicação de Orientação Interpessoal como sendo responsável pelas diferenças sexuais na alocação de recursos em sujeitos universitários. Esses pesquisadores usaram a Escala de Orientação Interpessoal (IO) de Swap e Rubin (1983) e o Questionário de Atributos Pessoais de Spence, Helmreich e Stapp (1975). A tarefa usada no experimento foi a de predição de sucesso na universidade com base em diversos tipos de informações, tais como: notas escolares, atividades extra-curriculares, etc. Esta tarefa em testes prévios foi percebida como sendo sexualmente neutra. Aliás, essa mesma tarefa foi usada por Kahn, Nelson e Gaeddert (1980). Os resultados de Major e Adams (1983) não apoiaram a hipótese do relacionamento entre Orientação Interpessoal e critérios de alocação de recursos, pelo menos na direção esperada. Ou seja, escores altos em IO não foram mais igualitários do que escores baixos.

O argumento de que são diferentes as expectativas normativas de como mulheres comparadas com homens alocam recompensas para si mesmas e para os outros, é defendido pelos seguidores da

perspectiva de auto-representação. Neste caso, auto-representação deve ser entendido como o comportamento de representar os próprios interesses na situação de distribuição de recursos. Nesta perspectiva, as diferenças sexuais na alocação de recompensas são presumidas devido ao fato de que homens e mulheres têm diferentes normas, vinculadas aos seus sexos, de "administrar o efeito" e, conseqüentemente, responder a ele. Entende-se por "administrar o efeito" a maneira como homens e mulheres reagem em alocação de recursos nas situações pública/privada e com/sem futura interação com o parceiro. A literatura internacional costuma utilizar a expressão "impression-management" para caracterizar tal situação.

Em estudo realizado por Kidder et al., (1977) foram usados 31 homens e 35 mulheres universitários. A tarefa foi o desempenho, em sala de aula, dos papéis de professor e aluno. Todo o grupo de sujeitos teve a oportunidade de atuar em ambos os papéis. No fim, os sujeitos alocaram notas para os seus próprios desempenhos e os de seus colegas. Mulheres alocaram graus de pontos mais igualitariamente para si mesmas e um parceiro com desempenho inferior quando suas alocações foram públicas e quando elas esperavam encontrar seus parceiros no futuro do que quando suas alocações foram privadas e sem possibilidade de interação futura com o parceiro. Homens fizeram o contrário, alocaram recompensas mais eqüitativamente em público do que em privacidade.

Shapiro (1975), manipulando nível de investimento e expectativa de futura interação em 80 sujeitos do sexo masculino, encontrou que, em alocadores com alto investimento, percepção de futura interação com o parceiro afetou a escolha do critério de alocação. Quando havia expectativa de futura interação, alocadores com alto investimento na tarefa dividiram a recompensa igualitariamente. E, quando não esperavam futura interação, dividiram eqüitativamente. No entanto, os alocadores com baixo investimento na tarefa dividiram recompensas de acordo com a eqüidade independente de expectativa de futura interação com o parceiro. As tarefas usadas pelo pesquisador foram de adição

aritmética, formação de palavras com as letras RCHALKED e recorte de figuras para combinação com figuras de um folheto. Os resultados de Shapiro (1975) foram contrariados pelo estudo de Kidder et al., (1977), conforme pode ser observado. Por um lado, Kidder et al., (1977) forneceram evidências para sugerir que diferenças sexuais em distribuição de recompensas são mais aparentes quando a relação "administração do efeito" é estimulada (isto é, quando as alocações são públicas ou quando é esperado interação futura com o parceiro) e menos aparentes, ou até revertidas, quando a relação "administração do efeito" é minimizada (isto é, quando alocações são privadas ou quando não é esperado futura interação com o parceiro). Por outro lado, os relatos de Reis e Gruzen (1976) e Shapiro (1975) sugerem que homens e mulheres são afetados similarmente pela "administração do efeito", ou seja, ambos, homens e mulheres, alocam recompensas mais igualitariamente quando a relação é evidente e alocam mais equitativamente quando a mesma não é evidente. Major e Adams (1983) atribuem a inconsistência dos resultados acima à forma confusa com que foi feita a manipulação das condições público/privado e com/sem futura interação. Sugerem que duas manipulações independentes destas variáveis deveriam ter sido feitas. Em seus experimentos, Major e Adams (1983) obtiveram resultados que não apoiam a perspectiva de auto-representação para explicar as diferenças sexuais em alocação de recursos. Tanto homens como mulheres foram mais generosos em público do que em privacidade e mais generosos quando esperavam futura interação com parceiros. Estes resultados confirmam os estudos de Shapiro (1975) e Reis e Gruzen (1976).

Os proponentes da perspectiva Orientada Cognitivamente têm sugerido que diferenças sexuais em alocação de recursos podem ser devido a diferenças sexuais na avaliação subjetiva de investimentos (isto é, desempenhos) e/ou atributos para desempenhos. Esta explicação se baseia em evidência substancial, indicando que mulheres esperavam desempenhar de maneira mais pobre e avaliar mais baixo seus desempenhos do que homens (Lenney, 1977) e seus atributos para o sucesso são mais externos

e para o fracasso mais internos do que os homens.

No estudo de Deaux e Emswiler (1974), homens e mulheres avaliaram as performances de uma pessoa-estímulo, de ambos os sexos, a qual foi assistida executar uma tarefa masculina ou feminina com desempenho acima da média. Análise de atribuições feitas para sorte versus habilidade mostraram que performance de um homem em uma tarefa masculina foi mais atribuída a habilidade, enquanto uma performance equivalente de uma mulher, na mesma tarefa, foi vista como sendo mais influenciada pela sorte. O inverso não foi verdadeiro para a performance em uma tarefa feminina. No geral, homens foram vistos como sendo mais habilidosos do que mulheres. Os sujeitos eram 55 homens e 75 mulheres, todos universitários. A tarefa consistia na discriminação perceptiva de objetos. Duas séries de objetos familiares para cada sexo foram camuflados em segundo plano de uma cena gravada e mostrados em uma tela de vídeo por tempo de aproximadamente um segundo. Os objetos femininos eram de uso doméstico e os masculinos eram objetos mecânicos. Foram manipulados sexo do sujeito, sexo da pessoa estímulo e sexo da tarefa.

Deaux e Farris (1977) investigaram 64 homens e 69 mulheres universitários, no seu estudo 1. Manipularam sexo do sujeito, sexo das normas das tarefas e resultados da performance nas tarefas (sucesso e fracasso). A tarefa utilizada foi a de resolução de anagramas, dividida em três classes: fácil, média e difícil. No estudo 2 foi usada a mesma tarefa, porém o delineamento foi aumentado, incluindo sexo do experimentador. Os resultados mostraram que homens avaliaram suas performances mais favoravelmente do que as mulheres, embora os escores objetivos fossem equivalentes; os homens alegaram possuir mais habilidade do que as mulheres para as futuras performances; as mulheres foram mais inclinadas a usar a sorte para explicar suas performances. As evidências também sugeriram que a diferença entre homens e mulheres na avaliação de performances e auto-atribuições ocorre mais fortemente na resposta ao fracasso e em tarefa masculina.

Duas tarefas de coordenação, masculina e feminina,

respectivamente, uma usando formas geométricas e abstrações matemáticas para medir inteligência, outra, desenhos delicados e sutis para medir sensibilidade, foram usadas por Rosenfield e Stephan (1978). Esses autores, manipulando sexo do sujeito (76 homens e 73 mulheres), sexo da tarefa e expectativas de desempenho (sucesso e fracasso), descobriram que homens apresentaram mais atribuições internas do que mulheres em tarefa masculina, mas mulheres tiveram mais atribuições internas do que homens em tarefa feminina. Uma análise de covariância revelou que estas diferenças sexuais em atribuições seriam explicadas em termos de diferenças entre expectativas de sucesso e envolvimento de ego de homens e mulheres. Foi encontrado, também, que envolvimento de ego teve papel determinante mais importante de atribuições internas do que expectativa de sucesso.

Wittig et al. (1981) verificaram que alocações de recompensas variam como uma função de uma instável atribuição externa de performance versus uma instável atribuição interna de performance. Atribuição para o sucesso de estudantes universitários, homens e mulheres, em uma tarefa sexualmente neutra, foi colocada em duas condições, sorte e esforço, aleatoriamente, para os indivíduos. Os sujeitos foram divididos em 15 duplas de mesmo sexo. Todos receberam informação de que possuíam investimentos mais altos do que o parceiro e que tinham sido escolhidos aleatoriamente para serem os alocadores de recursos. A variável dependente foi a quantia de recompensa auto-alocada. Como predito, um efeito principal significativo foi encontrado, no qual sujeitos alocaram mais para si próprios quando eles atribuíram seus sucessos ao esforço do que a sorte. Sob estas condições, o comportamento de alocação de homens e mulheres foi semelhante. A frequência com a qual alocadores empregaram cada uma das três normas de alocação (equidade, compromisso e igualdade) também variou como uma função do tipo de atribuição. A tarefa utilizada foi descrita como de separação de sílabas de 25 palavras durante 15 minutos (esta atividade foi selecionada com base em um pré-teste que mostrou a crença de estudantes universitários na neutralidade sexual da tarefa com relação a

adequação e competência). Wittig et al. (1981) descobriram que a manipulação da atribuição de homens e mulheres elimina diferenças sexuais em alocação de recompensas. Mulheres e homens desempenhando tarefas tradicionalmente reservadas para um sexo ou outro podem diferir em suas familiaridades com a tarefa, em suas expectativas para o sucesso e em suas atribuições para o desempenho.

Em pesquisa sobre estereótipo de gênero em universitários, D'Amorim (1988) encontrou vinculação entre os comportamentos masculinos e femininos e profissões ou, ainda, entre traços de personalidade e ocupações. Diferenças em congruência sexual podem ser uma das causas das diferenças sexuais observadas. Callahan e Messé (1979), no estudo 2, indicaram que mulheres e homens diferem em seus comportamentos de alocação como uma consequência de diferenças em socialização do papel sexual (gênero), visto que alocações de auto-pagamento correlacionaram-se fortemente com preferências por ocupações femininas e masculinas. Uma revisão nos estudos citados anteriormente mostra que muitos deles não tiveram preocupações com a vinculação sexual das tarefas utilizadas em suas experimentações. Estas tarefas podem ter relevâncias diferentes para homens e para mulheres, pelo menos no que tange a dois fatores cognitivos: familiaridade com a tarefa e envolvimento de ego (Reis & Jackson, 1981).

Diferenças de familiaridade são importantes, como julgamentos de merecimento são pesadamente dependentes de expectativas e atribuições causais. Tarefas familiares são favoráveis para produzir mais altas e seguras expectativas e avaliações de desempenhos. Além disso, comparado com tarefas inapropriadas ao sexo, sucesso em tarefas apropriadas ao sexo produzem mais atribuições internas, enquanto fracasso produz mais atribuições externas (Rosenfield & Stephan, 1978). O julgamento de mérito em nossa sociedade é, usualmente, baseado em fatores pessoais e atribuições internas, portanto, sucesso em uma tarefa familiar autoriza uma recompensa maior ou maior uso de equidade.

Por fator ego-envolvimento com a tarefa é entendido o interesse das pessoas, o engajamento, a frequência, a preocupação em desempenhar bem, o crédito no sucesso, o repúdio ao fracasso,

o grande investimento energético com a tarefa. Numerosos estudos demonstraram que tarefas apropriadas ao sexo são mais ego-envolventes do que tarefas inapropriadas ao sexo (Rosenfield & Stephan, 1978; Stein, 1971).

Reis e Jackson (1981), usando 42 mulheres e 34 homens, estudantes do curso de Psicologia, manipularam as variáveis sexo do sujeito, sexo do parceiro e tarefa vinculada ao sexo. Os autores encontraram: homens alocando eqüitativamente e mulheres igualitariamente com parceiros do mesmo sexo em uma tarefa masculina; ambos os sexos alocando eqüitativamente em tarefa apropriada ao sexo; e, ambos os sexos alocando mais generosamente para um parceiro do sexo oposto do que para um parceiro do mesmo sexo. Jackson (1987) realizou estudos, através de dois experimentos, manipulando sexo do sujeito, gênero do sujeito (tradicional ou andrógino), atratividade física do parceiro e tarefa vinculada ao sexo. Seus sujeitos eram 101 homens e 101 mulheres, universitários. No experimento 1 foram utilizadas duplas de parceiros de sexos opostos e no experimento 2, de mesmo sexo. A tarefa consistiu em descrever o físico, a função e o objetivo de 14 objetos em um microcomputador. Duas séries de objetos foram adotados, uma familiar para homens, outra, para mulheres. Previamente, foi feito um teste de seleção de objetos quanto a familiaridade dos mesmos para os sexos. Os resultados mostraram que homens e mulheres não diferem em suas alocações para um parceiro de sexo oposto, enquanto que homens foram mais eqüitativos do que mulheres quando alocaram recompensas para parceiros de mesmo sexo (conforme Reis & Jackson, 1981 e Major & Adams, 1983).

O presente estudo pretende verificar as possíveis influências de tarefas vinculadas ao sexo na alocação de recursos em sujeitos brasileiros. As tarefas escolhidas foram equiparadas para ambos os sexos quanto a familiaridade com a tarefa e envolvimento de ego. Os sujeitos alocaram recompensas para uma dupla de personagens fictícios desenhados em um papel. É uma proposta que coloca o sujeito no papel de alocador frente ao desempenho de duas pessoas fictícias em tarefas vinculadas ao sexo.

CAPÍTULO II

MÉTODO

2.1. Delineamento

Foi usado um delineamento fatorial 2(Sexo do Sujeito) X 2(Sexo do Experimentador) X 3(Sexo da Tarefa) X 7(Situação Experimental), conforme mostra o anexo 4. A variável dependente foi a quantia de dinheiro alocada pelo sujeito entre os personagens fictícios. A frequência do uso dos critérios de alocação de recursos também foi observada.

2.2. Sujeitos

Fizeram parte da amostra 686 sujeitos, sendo que 11 foram rejeitados porque suas alocações ficaram aquém ou além da quantia de dinheiro proposta. Portanto, foram aproveitados para o estudo 675 sujeitos, 335 do sexo masculino e 340 do sexo feminino, pertencentes às quintas e sextas séries de escolas estaduais situadas dentro do perímetro central da cidade de Porto Alegre.

A idade dos sujeitos variou entre 9 e 18 anos (idade média de 12,2 anos).

2.3. Instrumento

Foi criado um instrumento inspirado nos trabalhos de Enright et al., 1980a, Enright et al., 1980b e Dell'Aglio, 1992. Para cada tarefa vinculada ao sexo foram feitos sete desenhos, na realidade, sete situações experimentais. As situações experimentais são combinações entre o sexo dos personagens e a quantidade de trabalho produzido. A situação experimental no. 1 (vide anexo 1) é aquela em que personagem do sexo masculino apresenta produção maior do que personagem do sexo feminino; situação no. 2, personagem do sexo feminino com produção maior do que personagem do sexo masculino; situação no. 3, personagens de sexos opostos com igual produção; situação no. 4, personagem do sexo masculino com produção maior do que personagem de mesmo sexo; situação no. 5, personagem do sexo masculino com igual produção a personagem de mesmo sexo; situação no. 6, personagem do sexo feminino com produção maior do que personagem de mesmo sexo; situação no. 7, personagem do sexo feminino com produção

igual a personagem de mesmo sexo.

A quantidade de trabalho produzido nas tarefas foi estabelecida da seguinte maneira: o personagem que produziu mais, executou sete unidades de trabalho (p. ex., serrou sete tábuas); o que produziu menos, executou três unidades (três tábuas); e, quando a produção de ambos os personagens foi igual, o número de unidades produzida foi de cinco para cada um. A soma total de unidades produzida em cada situação experimental é sempre de dez unidades.

As sete situações experimentais descritas são as mesmas para as três tarefas tipificadas gerando, portanto, 21 desenhos diferentes. Assim, no instrumento, estão contidas as variáveis tarefas vinculadas ao sexo, desempenho e sexo dos personagens.

A estória consiste da seguinte narrativa:

"Os alunos das quintas e sextas séries (conforme o caso) de uma escola estadual resolverem fazer uma promoção para comemorar o Dia do Trabalho. Os participantes deveriam passar roupas/serrar tábuas/copiar textos (conforme a tarefa). A recompensa a ser distribuída entre os dois participantes era de doze mil cruzeiros. Um aluno foi escolhido para distribuir a recompensa. Se você fosse o escolhido para distribuir a recompensa de doze mil cruzeiros, da maneira que achasse melhor, como você faria nesta situação? (mostra o desenho). Porque? (o sujeito justifica a distribuição)."

2.4. Procedimento

O instrumento descrito foi apresentado aos sujeitos de forma individual e suas respostas foram registradas em fita magnética. Os sujeitos foram encaminhados da sala de aula para a sala de experimentação, um por vez, de acordo com a lista de chamada da classe. Metade da amostra foi entrevistada por experimentador do sexo masculino e, metade, por sexo feminino. Após breve apresentação, o experimentador disse ao sujeito que estava fazendo uma pesquisa de opinião, em seguida, transmitiu a estória ao sujeito e apresentou o desenho. O desenho foi escolhido aleatoriamente do conjunto de 21 desenhos. O sujeito, então, fez

a alocação e justificou-a.

A preparação dos dados consistiu de transcrição das respostas dos sujeitos da fita magnética para o papel e classificação das respostas, conforme os critérios de alocação de recursos. Os critérios/categorias utilizados foram Equidade, Igualdade e "O vencedor leva tudo".

Por Equidade foram entendidas as justificativas das alocações que se apoiam em critério de razão e proporção entre o trabalho produzido e a recompensa alocada. Exemplo, situação 1, o sujeito aloca cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros) para o personagem do sexo masculino e Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros) para o personagem do sexo feminino. Na justificativa, o sujeito argumenta que está dando mais para o personagem que produziu mais.

Quando o sujeito alocou recompensas de maneira igual para ambos os personagens, independente das quantidades de trabalho produzido, utilizou o critério da Igualdade. Neste caso, por exemplo, o sujeito justificou sua alocação com o argumento de que ambos os personagens trabalharam e, portanto, merecem dividir a recompensa em partes iguais.

O critério "O vencedor leva tudo" se caracterizou pelo fato do sujeito alocar toda a recompensa para o personagem que produziu mais.

Convém registrar que o critério da Necessidade não apareceu nas respostas dos sujeitos.

A classificação das respostas em categorias foi feita por dois juízes. Isto é, 20% das categorizações dos dois juízes foram comparadas. Não houveram discordâncias quanto às referidas classificações.

2.5. Análise de Dados

A análise dos dados foi feita através de ANOVA para a medida de razão (quantia de dinheiro alocada) e Teste Quiquadrado para a medida nominal (frequência dos critérios usados na alocação). Foi utilizado o Statistical Package for Social Sciences (SPSS+PC). O nível de significância estatística adotado foi de .05.

CAPÍTULO III

RESULTADOS

3.1. Critérios de Alocação:

Com nível de significância estatística marginal, $\chi^2(2)=5.25$, $p=.07$, o critério da Equidade para alocação de recursos foi mais usado pelos sujeitos do sexo masculino do que pelos sujeitos do sexo feminino. Por outro lado, os sujeitos do sexo feminino usaram mais o critério da Igualdade do que os do sexo masculino, conforme mostra a Tabela 1. Contudo, os sujeitos do sexo feminino utilizaram ambos os critérios, Equidade e Igualdade, com igual frequência, no que diferiram dos sujeitos masculinos que, predominantemente, foram equitativos.

Tabela 1
Frequências dos critérios de alocação por Sexo do Sujeito

| | Masculino | Feminino |
|-----------|-----------|----------|
| Winner | 53 | 47 |
| Igualdade | 116 | 147 |
| Equidade | 166 | 146 |
| Total | 335 | 340 |

Sujeitos entrevistados por experimentador do sexo masculino utilizaram mais a Igualdade como critério de alocação de recursos do que a Equidade, enquanto sujeitos entrevistados por experimentador do sexo feminino usaram mais a Equidade do que a

Igualdade como critério de alocação, $\chi^2(2) = 46.37$, $p = .00000$. A Tabela 2 mostra as respectivas freqüências. Numa análise da relação entre as variáveis Sexo do Experimentador e Critério de Alocação para cada Situação experimental foram obtidos os seguintes resultados:

Situação_1 (personagem masculino com desempenho maior do que personagem feminino) : $\chi^2(2) = 10.35$, $p = .005$;

Situação_2 (personagem feminino com desempenho maior do que personagem masculino) : $\chi^2(2) = 4.74$, $p = .09$;

Situação_3 (personagem feminino com desempenho igual a personagem masculino) : $\chi^2(2) = 5.13$, $p = .07$;

Situação_4 (personagem masculino com desempenho maior do que personagem masculino) : $\chi^2(2) = 2.31$, $p = .31$;

Situação_5 (personagem masculino com desempenho igual a personagem masculino) : $\chi^2(2) = 18.66$, $p = .0001$;

Situação_6 (personagem feminino com desempenho maior do que personagem feminino) : $\chi^2(2) = 6.80$, $p = .03$;

Situação_7 (personagem feminino com desempenho igual a personagem feminino) : $\chi^2(2) = 11.65$, $p = .002$.

Dentre os resultados acima, aqueles com diferenças estatísticas significativas indicam uma tendência dos sujeitos para alocar mais eqüitativamente quando entrevistados por experimentador do sexo feminino e mais igualitariamente com experimentador do sexo masculino.

Com relação ao uso do critério de alocação "o vencedor leva tudo" (Winner) não foi apurada diferença estatística significativa, conforme verificado por meio do Cálculo dos Resíduos Padronizados em cada tabela de contingência observada.

Tabela 2
 Frequências dos critérios de alocação por Sexo do
 Experimentador e Situação

| | Situação | Masculino | Feminino |
|-------------|----------|-----------|----------|
| Winner | 1 | 13 | 08 |
| | 2 | 18 | 12 |
| | 3 | 01 | 02 |
| | 4 | 12 | 12 |
| | 5 | 01 | 00 |
| | 6 | 05 | 13 |
| | 7 | 02 | 01 |
| total | | 52 | 48 |
| Igualdade | 1 | 23 | 13 |
| | 2 | 16 | 11 |
| | 3 | 26 | 15 |
| | 4 | 21 | 15 |
| | 5 | 31 | 12 |
| | 6 | 27 | 16 |
| | 7 | 26 | 11 |
| total | | 170 | 93 |
| Equidade | 1 | 12 | 28 |
| | 2 | 14 | 24 |
| | 3 | 22 | 32 |
| | 4 | 15 | 22 |
| | 5 | 15 | 37 |
| | 6 | 16 | 20 |
| | 7 | 19 | 36 |
| total | | 113 | 199 |
| TOTAL GERAL | | 335 | 340 |

O Sexo do Experimentador parece afetar, da mesma forma, o comportamento de alocação de recursos nas três tarefas apresentadas no experimento (Tabela 3).

TABELA 3
Frequências dos critérios de alocação por Sexo do
Experimentador e Sexo da Tarefa

| | Tarefa | Masculino | Feminino |
|-----------|-----------|-----------|----------|
| Winner | Feminina | 22 | 20 |
| | Masculina | 14 | 18 |
| | Neutra | 16 | 10 |
| Igualdade | Feminina | 50 | 28 |
| | Masculina | 64 | 32 |
| | Neutra | 56 | 33 |
| Equidade | Feminina | 40 | 65 |
| | Masculina | 33 | 64 |
| | Neutra | 40 | 70 |

Na tarefa neutra, copiar textos, $X^2(2)=12.24$, $p=.002$; tarefa masculina, serrar tábuas, $X^2(2)=21.03$, $p=.0000$; tarefa feminina, passar roupas, $X^2(2)=15.50$, $p=.0004$.

3.2. Alocações de Recursos:

ANOVA com quatro fatores (Sexo do Sujeito X Sexo do Experimentador X Sexo da Tarefa X Situação) mostrou para o efeito principal Sexo do Sujeito uma diferença marginalmente significativa, $F(1, 591) = 2.827$, $p=.09$. Este efeito sugere uma tendência dos sujeitos do sexo masculino para alocar maiores quantias de dinheiro ao personagem à esquerda na figura do que fizeram os sujeitos do sexo feminino. Observe a Tabela 4.

Tabela 4

Médias das alocações em cruzeiros por Sexo do Sujeito

| Masculino | Feminino |
|-------------------|-------------------|
| 7.540,00 (335) | 7.290,00 (340) |

O efeito principal Situação revelou significância estatística, $F(6,591)=37.582$, $p=.000$. O que demonstra que as médias de dinheiro alocadas diferiram entre as sete situações experimentais. O teste de Scheffé comparando as médias citadas revelou que existem diferenças significativas ($p < .05$) entre as situações de igualdade e desigualdade de desempenhos dos personagens. Este fato demonstra que o instrumento apresentou capacidade discriminatória das situações, correspondendo às expectativas. Para os demais efeitos principais não apareceram diferenças significativas.

A interação Sexo do Sujeito X Sexo do Experimentador X Sexo da Tarefa mostrou uma diferença marginalmente significativa $F(2,591)=2.619$, $p=.07$. Embora sem atingir níveis de significância estatísticos mais seguros, estes resultados sugerem que, na tarefa do sexo masculino, há uma possível tendência dos sujeitos do sexo masculino, entrevistados por experimentador do sexo feminino, para alocar mais cruzeiros ao personagem à esquerda na figura do que sujeitos do sexo masculino, entrevistados por experimentador do sexo masculino, e do que sujeitos do sexo feminino, entrevistados por experimentador de qualquer sexo.

Tabela 5
 Médias das alocações em cruzeiros por Sexo do Sujeito, Sexo
 do Experimentador e Sexo da Tarefa

| | Sujeito Masculino | | Sujeito Feminino | |
|------------------|-------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Exp. Masc. | Exp. Fem. | Exp. Masc. | Exp. Fem. |
| Tarefa Masculina | 7.060,00 (54) | 7.950,00 (58) | 7.050,00 (57) | 7.090,00 (56) |
| Tarefa Feminina | 7.880,00 (56) | 7.550,00 (55) | 7.270,00 (56) | 7.740,00 (58) |
| Tarefa Neutra | 7.480,00 (56) | 7.300,00 (56) | 7.210,00 (56) | 7.350,00 (57) |

Em tarefa do sexo feminino, os sujeitos do sexo masculino, entrevistados por experimentador do sexo masculino, apresentaram tendência para alocar mais cruzeiros ao personagem à esquerda na figura do que sujeitos do sexo feminino, entrevistados por experimentador do sexo masculino, enquanto sujeitos do sexo feminino, entrevistados por experimentador do sexo feminino, tenderam para alocar mais cruzeiros ao personagem à esquerda na figura do que sujeitos do sexo masculino, entrevistados por experimentador do sexo feminino. Isto é, sujeitos de ambos os sexos alocaram mais cruzeiros ao personagem à esquerda na figura quando foram entrevistados por experimentador de mesmo sexo do que quando foram entrevistados por experimentador de sexo oposto.

Em tarefa neutra não apareceram indicativos que sugeriram alguma tendência no comportamento de alocação dos sujeitos. Todas as médias de cruzeiros alocados estão registradas na Tabela 5.

Posterior ANOVA com três fatores (Sexo do Sujeito X Sexo do Experimentador X Sexo da Tarefa) para cada Situação experimental revelou as seguintes informações:

Na Situação 3, surgiu um efeito principal ligado ao Sexo da Tarefa, $F(2,86)=2.469$, $p=.09$, portanto, marginalmente

significativo. Ou seja, sugere que, em tarefa masculina, os sujeitos alocaram uma quantidade maior de dinheiro ao personagem feminino do que nas outras duas tarefas.

Na situação 4, o mesmo efeito para Sexo da Tarefa, $F(2,85)=3.796$, $p=.02$. Este efeito mostra uma tendência dos sujeitos para alocar maior quantia de dinheiro para o personagem masculino com maior desempenho em tarefa feminina do que nas outras tarefas (Tabela 6).

Na Situação 6, efeito principal Sexo do Experimentador, $F(1,85)=35.055$, $p=.008$. Com experimentador do sexo feminino os sujeitos alocaram quantias maiores de dinheiro para o personagem feminino com maior desempenho do que com experimentador do sexo masculino (Tabela 7). Nesta análise as demais situações não apresentaram diferenças estatísticas significativas.

TABELA 6

Médias das alocações em cruzeiros por Sexo da Tarefa

| | Feminina | Masculina | Neutra |
|------------|----------|-----------|----------|
| Situação 3 | 6.030,00 | 6.560,00 | 6.060,00 |
| Situação 4 | 9.160,00 | 7.580,00 | 8.220,00 |

ANOVA com três fatores (Sexo do Sujeito X Sexo do Experimentador X Situação) para cada uma das tarefas mostrou diferença significativa para o efeito Sexo do Experimentador, $F(1,197)=13.724$, $p=.05$, em tarefa masculina. Iso é, em tarefa vinculada do sexo masculino os sujeitos alocaram uma quantidade maior de dinheiro com experimentador do sexo feminino do que com experimentador do sexo masculino. Nas tarefas feminina e neutra não foram encontradas diferenças estatísticas significativas.

TABELA 7

Médias das alocações em cruzeiros por Sexo do Experimentador

| | Masculino | Feminino |
|------------|-----------|----------|
| Situação 6 | 7.350,00 | 8.550,00 |

CAPÍTULO IV

DISCUSSÃO

Nesta pesquisa foram investigadas as influências de tarefas vinculadas ao sexo sobre o comportamento de alocação. No entanto, em ambas as análises globais realizadas, não foram apurados resultados que, com consistência, pudessem comprovar o efeito das referidas tarefas na distribuição de recursos.

Considerando o contexto econômico do Brasil atual, que é marcado pelo gradativo empobrecimento da classe média, é notório o retorno massivo desta citada população ao ensino público gratuito. No contato direto com os sujeitos, nas entrevistas, foi possível observar este fenômeno. Isso acarretou, possivelmente, uma diversidade amostral compreendendo sujeitos oriundos de meios sócio-econômicos diferentes e, portanto, com retrospectivas de socialização diferenciadas. Esta diversificação na formação dos sujeitos entrevistados poderá ter afetado suas respostas e no conjunto provocado uma dispersão que não permitiu comportamentos de alocação definidos frente às tarefas socialmente estereotipadas. Possivelmente, esta heterogeneidade amostral está refletida no valor expressivo do resíduo apurado por meio da análise de variância.

Outro aspecto relevante a ser registrado é a amplitude da faixa etária dos sujeitos que variou de 9 à 18 anos de idade, embora a maioria dos sujeitos estivessem situados na faixa dos 10 a 14 anos de idade, 93% do total. Importante lembrar que os sujeitos foram recrutados em quintas e sextas séries do primeiro grau e, por isso, era esperado que tivessem 11 e 12 anos de idade, respectivamente. Tal fenômeno parece, também, relacionado com a diversidade sócio-econômica e cultural, encontrada na Escola Pública atual, referida anteriormente.

Contudo, alguns indícios, embora com significância estatística marginal, interação Sexo do Sujeito X Sexo do Experimentador X Sexo da Tarefa, sugerem relação entre estas variáveis.

Em tarefa masculina, os sujeitos homens entrevistados por

Experimentador do sexo feminino alocam mais dinheiro; em tarefa feminina, alocam mais dinheiro quando entrevistados por Experimentador do sexo masculino. Por outro lado, os sujeitos mulheres, em tarefa masculina, não apresentaram diferenças de alocação relacionadas com Sexo do Experimentador. Mas, em tarefa feminina, alocam mais dinheiro quando o Experimentador é do sexo feminino.

Análise de variância para cada tarefa mostrou diferença significativa para o efeito Sexo do Experimentador, em tarefa masculina. Isso reforça a idéia de que, em tarefa masculina, os sujeitos entrevistados por Experimentador do sexo feminino alocam mais dinheiro.

Rosenfield e Stephan (1978) encontraram significância para a interação Sexo do Sujeito X Sexo do Experimentador X Sexo da Tarefa: os sujeitos demonstraram mais atribuições internas para seus desempenhos, em tarefa masculina, quando foram acompanhados por Experimentador do sexo oposto. Na tarefa feminina, demonstraram mais atribuições internas para seus desempenhos quando acompanhados por Experimentador de mesmo sexo.

Portanto, com relação a tarefa masculina, os resultados do presente estudo são semelhantes aos de Rosenfield e Stephan (1978). Além disso, análise das situações experimentais revelou que, em tarefa masculina, o personagem feminino, ainda que produzindo igual ao personagem masculino, foi significativamente mais recompensado pelos sujeitos. Isso não se confirmou nas tarefas feminina e neutra.

Nas situações em que os personagens superam em desempenho personagens de mesmo sexo, em tarefa feminina somente, o personagem masculino de melhor desempenho é, significativamente, mais recompensado. Neste caso, a compensação relativa a inadequação da tarefa ao sexo parece existir apenas quando o sexo do personagem é masculino. E, personagem feminino superando personagem feminino, não é recompensado de maneira diferenciada entre tarefas.

Em todas as tarefas apareceram diferenças significativas para o efeito principal Sexo do Experimentador, porém, tanto a

ANOVA quanto o Quiquadrado apresentaram este efeito com maior força para a tarefa masculina.

Uma das conclusões que podemos tirar desta pesquisa, considerando os níveis de significância obtidos, é a de que tarefa masculina mostrou maior capacidade de promover diferenças sexuais, o que lhe confere um valor diferenciado apesar de nossa tentativa prévia de equiparar todas as tarefas utilizadas.

Taynor e Deaux (1975) revelaram que as tarefas femininas e masculinas não são remuneradas de forma similar. Seus dados sugeriram que esta diferença é devido a desvalorização da tarefa feminina em diversas dimensões. Para Deaux e Farris (1977) a maioria das diferenças entre sexos ocorreram na tarefa masculina. O que parece conferir a esta tarefa um "status" maior do que as outras tarefas.

O achado relativo ao Sexo do Sujeito, apesar do nível de significância marginal, sugere uma possível influência sobre o comportamento de alocação. Este fenômeno é observado em ambas as análises, dados quantitativos e qualitativos, embora estas medidas não necessariamente devam coincidir. A variável quantitativa representa a quantidade de dinheiro alocado para o personagem à esquerda nos desenhos (desempenho maior ou igual), enquanto a variável nominal é produto da categorização das justificativas verbais dos sujeitos acerca das suas distribuições de recompensas aos personagens. Apesar disso, neste caso, os resultados parecem apontar para a mesma direção. Ou seja, sujeitos do sexo masculino tendem a alocar maiores quantidades de dinheiro do que sujeitos do sexo feminino e, também, utilizam mais o critério da Equidade do que os sujeitos do sexo feminino. Este resultado está de acordo com outros obtidos em investigações anteriores (Leventhal & Anderson, 1970; Leventhal & Lane, 1970; Benton, 1971; Austin & McGinn, 1977; Kidder, Bellettirrie & Cohn, 1977; Callahan-Levy & Messé, 1979 e Major & Adams, 1983).

A explicação mais usual para o entendimento desta diferença sexual, a qual adotamos agora, se baseia na perspectiva da Orientação Interpessoal (Kahn et al., 1980): os homens são mais assertivos e as mulheres são mais afiliativas em suas orientações

gerais para a interação social; homens e mulheres são socializados com diferentes objetivos, capacidades ou estilos de interação. Assim, os homens são mais competitivos e voltados para o econômico e, conseqüentemente, mais eqüitativos, enquanto que as mulheres, mais cooperativas e voltadas para o bem estar social e, mais igualitárias. A diferença entre a Eqüidade e a Igualdade é importante na medida em que exemplifica uma diferença essencial no modo de inter-relacionamento preferencial das pessoas com os outros (Deutsch, 1975).

Esta conclusão relativa ao uso de critérios de alocação por homens e mulheres contrariam nossas expectativas preliminares, visto que, através da manipulação de tarefas equiparadas para cada sexo, pretendíamos eliminar estas diferenças sexuais tradicionalmente encontradas.

A diferença entre os sexos dos experimentadores foi o resultado de maior expressão estatística encontrado neste trabalho. A polêmica em torno desta variável, Sexo do Experimentador, remonta a dois estudos contraditórios da década de 70, considerados marcos históricos nesta linha de pesquisa: Leventhal e Anderson (1970) e Lerner (1974).

Leventhal e Anderson (1970) descobriram que os sujeitos do sexo masculino tenderam a alocar recursos de forma eqüitativa enquanto os do sexo feminino alocaram de forma igualitária. Por outro lado, Lerner (1974) encontrou resultados opostos, embora estivesse replicando o estudo anterior. Isto gerou discussão que culminou com a constatação de que o Sexo do Experimentador associado ao Sexo do Sujeito teve forte influência nos resultados. Hook (1983) considerou a presença de uma autoridade na situação de alocação como um fator a influenciar o comportamento do alocador. O sujeito pode ter aprendido, segundo o autor, que determinada alocação é a melhor para agradar às expectativas da figura de autoridade. O experimentador usado por Leventhal e Anderson (1970) era do sexo masculino, o de Lerner (1974), feminino. Ou seja, experimentador do sexo masculino, sujeitos do sexo masculino eqüitativos; experimentador do sexo feminino, sujeitos do sexo feminino eqüitativos.

No presente estudo, os sujeitos, independente do sexo, utilizaram mais a Igualdade como critério de alocação quando entrevistados por experimentador do sexo masculino. Por outro lado, usaram mais a Equidade quando entrevistados por experimentador do sexo feminino. Neste caso, houve uma relação inversa do sexo do experimentador com o critério de alocação. Uma das possíveis explicações para essa diferença entre os estudos reside nas significativas diferenças metodológicas. Nos estudos anteriores, os sujeitos distribuíram recompensas entre si mesmos e um parceiro fictício. Na pesquisa atual, os sujeitos não participaram no desempenho das tarefas, apenas distribuíram recompensas entre personagens fictícios. O fator envolvimento com as tarefas e desempenhos pode ter sido amenizado dada a condição de ficção em que estavam inseridas. Concomitante, a entrevista com o experimentador ocorreu no plano real. Isso talvez explique a força do efeito desta variável no experimento.

Uma outra explicação de natureza teórica para compreender estes resultados "invertidos" encontrados no presente estudo talvez possa ser buscada numa perspectiva que transcenda os sexos biológicos dos sujeitos e experimentadores. Queremos nos referir a abordagem teórica frequentemente denominada "identidade de gênero", a qual considera papel sexual como uma expectativa normativa sobre a divisão de trabalho entre os sexos e as regras relacionadas ao sexo em interações sociais que existam dentro de um contexto histórico e cultural particular. A "identidade de gênero" é uma subjacente, não necessariamente consciente, percepção do self de masculinidade e feminilidade. As medidas de "identidade de gênero", em geral, tentam distinguir papéis sexuais, atividades e estilos de vida tradicionais e não-tradicionais (Lenney, 1991).

Jackson (1987) encontrou relação entre o comportamento de alocação e características relativas ao gênero, sugerindo que estas características são importantes para o entendimento do comportamento sexual em Justiça Distributiva. Isto é, diferenças sexuais no comportamento de justiça distributiva são influenciados por fatores relativos ao gênero.

Tudo isso nos leva a indagar se os resultados encontrados na presente pesquisa não poderiam ser compreendidos na dimensão da "identidade de gênero" entre sujeitos e experimentadores. Trata-se, sem dúvida, de uma tarefa para futuras investigações.

REFERÊNCIAS

- Adams, J. S. (1963). Toward an understanding of inequity. Journal of Abnormal and Social Psychology, 67, 422-436.
- Adams, J. S. (1965). Inequity in social exchange. Pp. 267-99. In: L. Berkowitz (ed.). Advances in Experimental Social Psychology, vol. 2, New York: Academic Press.
- Anderson, N. H. & Butzin, C. A. (1978). Integration theory applied to children's judgments of equity. Developmental Psychology, vol. 14, no. 6, 593-606.
- Assmar, E. M. L. (1985). Estudo comparativo das razões para alocação de recursos em situações de lucro e perda num contexto de justiça distributiva e processual. Relatório Técnico no. 6, CBPP/ISOP/FGV, Rio de Janeiro.
- Assmar, E. M. L., Ferraz, A. V. de F., Holanda, F. C. A., Jablonski, B., Mendonça, E. M. R., Moreira, A. M. V. e Rodrigues, A. (1987). Justiça Distributiva no Brasil: uma perspectiva psicossocial. Arquivos Brasileiros de Psicologia, 39, 3-13.
- Assmar, E. M. L. (1988). Justiça Distributiva: variáveis de personalidade e variáveis situacionais. Rio de Janeiro: FGV/ISOP. Tese de Mestrado.
- Austin, W. & McGinn, N. C. (1977). Sex differences in choice of distribution rules. Journal of Personality, 45, 379-394.
- Benton, A. A. (1971). Productivity, Distributive Justice, and bargaining among children. Journal of Personality and Social Psychology, vol. 18, no. 1, 68-78.
- Boldizar, J. P., Perry, D. G., and Perry, L. C. (1988). Gender and reward distribution: a test of two hypotheses. Sex Roles, vol. 19, nos. 9/10, 569-579.
- Callahan-Levy, C. M. & Messé, L. A. (1979). Sex differences in the allocation of pay. Journal of Personality and Social Psychology, vol. 37, no. 3, 433-446.
- Cook, K. S. & Hegtvedt, K. A. (1983). Distributive Justice: equity, and equality. Ann. Rev. Sociol., 9, 217-241.
- Damon, W. (1975). Early conceptions of positive justice as

- related to the development of logical operations. Child Development, 46, 301-312.
- Damon, W. (1983). Social and Personality Development: infancy through adolescence. New York: Norton & Company.
- D'Amorim, M. A. M. (1988). Estereótipos de gênero em universitários. Psicologia: reflexão e crítica, vol. 2, nos.1/2, 3-11.
- Deaux, K. & Emswiller, T. (1974). Explanations of successful performance on sex-linked tasks: what is skill for the male is luck for the female. Journal of Personality and Social Psychology, 29, no. 1, 80-85.
- Deaux, K. & Farris, E. (1977). Attributing causes for one's own performance: the effects of sex, norms, and outcome. Journal of Research in Personality, 11, 59-72.
- Dell'Aglio, D. D. (1992). A utilização dos princípios de igualdade e equidade em crianças e adolescentes: um estudo evolutivo de Justiça Distributiva. Dissertação de Mestrado. UFRGS.
- Deutsch, M. (1975). Equity, equality, and need: what determines which value will be used as the basis of distributive justice? Journal of Social Issues, vol. 31, no. 3, 137-149.
- Deutsch, M. (1986). Cooperation, conflict, and justice. In: H. W. Bierhoff, R. L. Cohen e J. Greenberg (Eds.). Justice in Social Relations. New York: Plenum Press.
- Enright, R. D., Franklin, C. C., and Manheim, L. A. (1980a). Children's distributive justice reasoning: a standardized and objective scale. Developmental Psychology, vol. 16, 193-202.
- Enright, R. D., Enright, W. F., Manheim, L. A., and Harris, B. E. (1980b). Distributive justice development and social class. Developmental Psychology, vol. 16, no. 6, 555-563.
- Furby, L. (1986). Psychology and Justice. In: R. L. Cohen (ed.). Views from the social sciences. New York: Plenum Press.
- Hinkle, Dennis E., Wiersma, W. & Jurs, Stephen G. (1988). Applied Statistics for the Behavioral Sciences. Boston:

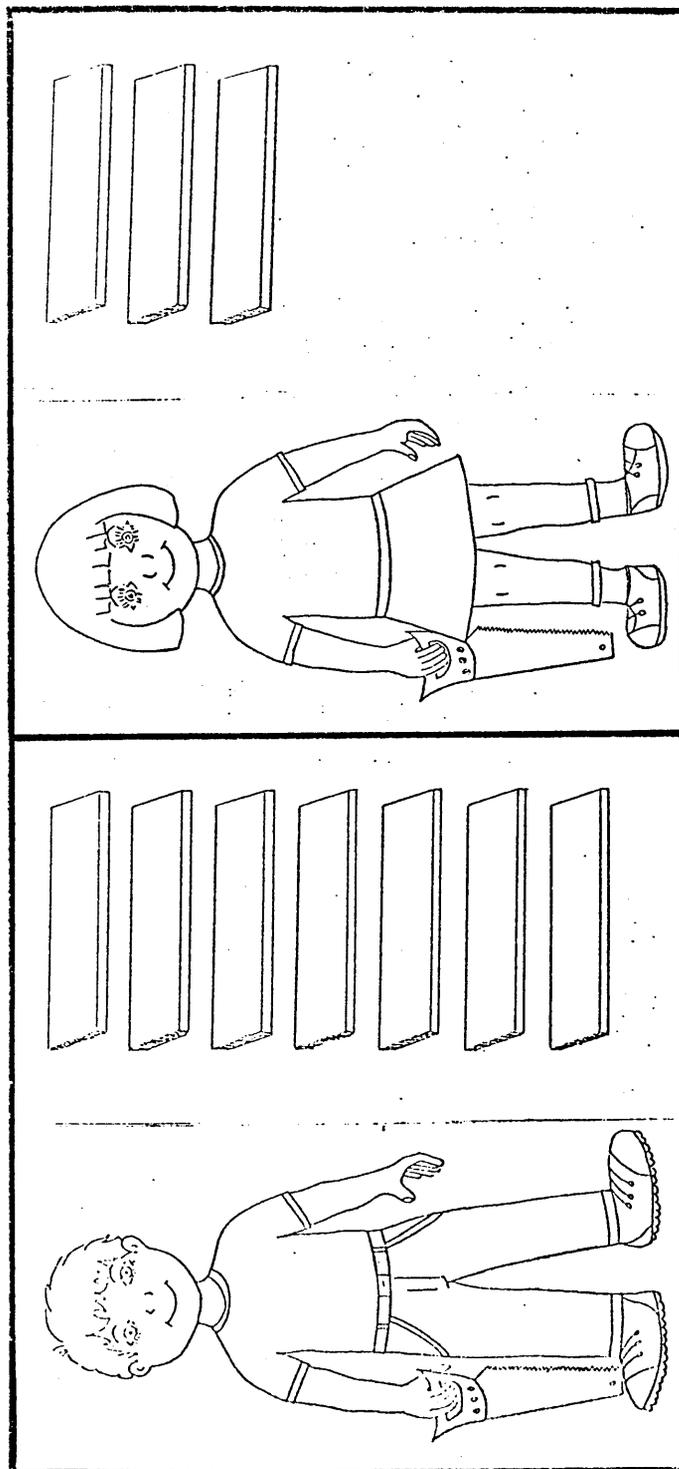
- Houghton Mifflin Company.
- Homans, G. C. (1961). Social Behavior: its elementary forms. New York: Harcourt, Brace & World.
- Hook, J. G. & Cook, T. D. (1979). Equity theory and the cognitive ability of children. Psychological Bulletin, vol.86, no. 3, 429-443.
- Hook, J. G. (1982). Development of equity and altruism in judgments of reward and damage allocation. Developmental Psychology, 18, 825-834.
- Hook, J. G. (1983). The development of children's equity judgments. In: Robert L. Leahy (Ed.). The child's construction of social inequality. New York: Academic Press.
- Hutz, C., Conti, L., & Vargas, S. (1991). Tasks effects on the preference for equality and equity rules among Brazilian students. Proceedings, XXIII Interamerican Congress of Psychology, S. José, Costa Rica.
- Jackson, L. (1987). Gender and distributive justice: the influence of gender-related characteristic on allocations. Sex Roles, 17, 79-91.
- Kahn, A., Nelson, R. E., and Gaeddert, W. P. (1980). Sex of subject and sex composition of the group as determinants of reward allocations. Journal of Personality and Social Psychology, vol. 38, no. 5, 737-750.
- Kidder, L. H., Bellettirrie, G., and Cohn, E. S. (1977). Secret ambitions and public performances: the effects of anonymity on reward allocation made by men and women. Journal of Experimental Social Psychology, 13, 70-80.
- Kohlberg, L. (1984). Essays on moral development: the psychology of moral development. Boston: Univ. of Harvard Press.
- Lane, I. M. & Coon, R. C. (1972). Reward allocation in preschool children. Child Development, 43, 1382-1389.
- Lenney, E. (1977). Women's self-confidence in achievement settings. Psychological Bulletin, 84, no. 1, 01-13.
- Lenney, E. (1991). Sex Roles: The measurement of masculinity, Femininity, and Androgyny. In: Measures of Personality and

- Social Psychology Attitudes. New York: Academic Press.
- Lerner, M. J. (1974). The justice motive: "Equity" and "parity" among children. Journal of Personality and Social Psychology, vol. 29, no. 4, 539-550.
- Lerner, J. L. (1980). The belief in a just world: a fundamental delusion. New York: Plenum Press.
- Leventhal, G. S. & Anderson, D. (1970). Self-interest and the maintenance of equity. Journal of Personality and Social Psychology, vol. 15, no. 1, 57-62.
- Leventhal, G. S. & Lane, D. W. (1970). Sex, age, and equity behavior. Journal of Personality and Social Psychology, vol. 15, no. 4, 312-316.
- Leventhal, G. S., Popp, A. L., & Sawyer, L. (1973). Equity or quality in children's allocation of reward to other persons? Child Development, 44, 753-763.
- Major, B. & Adams, J. B. (1983). Role of gender, interpersonal orientation, and self-presentation in distributive justice behavior. Journal of Personality and Social Psychology, vol. 45, no. 3, 598-608.
- Major, B., Bylsma, W. H., & Cozzarelli, C. (1989). Gender differences in distributive justice preferences: the impact of domain. Sex Roles, vol. 21, nos. 7/8, 487-497.
- Mikula, G. (1974). Nationality, performance, and sex as determinants of reward allocations. Journal of Personality and Social Psychology, vol. 29, no.4, 435-440.
- Piaget, J. (1977). O julgamento moral na criança. São Paulo: Editora Mestre Jou.
- Reis, H. T. & Gruzen, J. (1976). On mediating equity, equality, and self-interest: the role of self-presentation in social exchange. Journal of Experimental Social Psychology, 12, 487-503.
- Reis, H. T. & Jackson, L. A. (1981). Sex differences in reward allocation: subjects, partners, and tasks. Journal of Personality and Social Psychology, vol. 40, no.3, 465-478.
- Rodrigues, A. (1985). A percepção da justiça na distribuição de lucros e perdas: um estudo psicossocial. Relatório Técnico

- no. 5. CBPP/ISOP/FGV. Rio de Janeiro.
- Rosenfield, D. & Stephan, W. G. (1978). Sex differences in attributions for sex-typed tasks. Journal of Personality, 46, 244-259.
- Sampson, E. E. (1975). On justice as equality. Journal of Social Issues, vol. 31, no. 3, 45-64.
- Shapiro, E. G. (1975). Effect of expectations of future interaction on reward allocation in dyads: equity or equality. Journal of Personality and Social Psychology, vol. 31, no. 5, 873-880.
- Silva, Nelson do Valle (1990). Introdução à análise de dados qualitativos. São Paulo: Vértice.
- Spence, J. T., Helmreich, R., and Stapp, J. (1975). Ratings of self and peers on sex role attributes and their relation to self-esteem and conceptions of masculinity and femininity. Journal of Personality and Social Psychology, vol. 32, no. 1, 29-39.
- Stein, A. H. (1971). The effects of sex-role standards for achievement and sex-role preference on three determinants of achievement motivation. Developmental Psychology, 4, 219-231.
- Streater, A. L. & Chertkoff, J. (1976). Distribution of rewards in a triad: a developmental test of equity theory. Child Development, 47, 800-805.
- Swap, W. C. & Rubin, J. Z. (1983). Measurement of interpersonal orientation. Journal of Personality and Social Psychology, vol. 44, no. 1, 208-219.
- Taynor, J. & Deaux, K. (1975). Equity and Perceived Sex Differences: Role Behavior as defined by the tasks, the mode, and the actor. Journal of Personality and Social Psychology, vol. 32, no. 3, 381-390.
- Watts, B. L. & Messé, L. A. (1982). Toward understanding sex differences in pay allocation agency, communion, and reward distribution behavior. Sex Roles, vol. 8, no. 12, 1175-1187.

Wittig, A. M., Marks, G., and Jones, G. A. (1981). Luck versus effort attributions: effect on reward allocations to self and other. Personality and Social Psychology Bulletin, vol 7, no.1, 71-78.

ANEXO 1



ANEXO 2

Piloto:

Foi feito um piloto com a finalidade de eleger objetos-tarefa vistos como tipificados sexualmente, equiparar as dificuldades de identificação e descrição percebidas e a percepção da conveniência social do objeto-tarefa.

Foram mostrados, em sessão grupal, a 92 sujeitos com as mesmas características da amostra principal, uma série de 12 desenhos padronizados dos seguintes objetos-tarefa: agulha de costura, agulha de tricot, chave de boca, ferro de passar, lápis, martelo, pá, panela, pincel, serrote, tesoura e vassoura. Para cada objeto os sujeitos deram uma série de informações (vide anexo 3):

- os objetos-tarefa selecionados foram o SERROTE, o FERRO DE PASSAR e o LÁPIS e obedeceram os seguintes critérios de seleção:

1. os três objetos-tarefa foram corretamente nomeados e explicados por 100% dos meninos e das meninas (itens 1 e 2 do instrumento);

2. as dificuldades percebidas para explicar a função do objeto foram as seguintes: serrote, $M = 4.3$; ferro de passar, $M = 4.47$; e, lápis, $M = 4.53$ (item 3 do instrumento anexo). Ou seja, todos os três objetos foram considerados fáceis de serem explicados, em grau próximo.

3. as importâncias sociais percebidas dos objetos foram as seguintes: serrote, $M = 2.83$; ferro de passar, $M = 2.36$; e, lápis, $M = 1.4$ (item 4 do instrumento anexo).

4. os objetos mais tipificados foram: serrote, $M = 1.73$ (item 5); ferro de passar, $M = 1.46$ (item 6). O lápis foi considerado o objeto mais neutro (itens 5 e 6).

ANEXO 3

Instrumento para selecionar os objetos-tarefa.

Idade: Sexo: Série:

Depois de olhar o objeto desenhado abaixo, responda as seguintes questões:

1. Escreva o nome do objeto: _____

2. Explique para que serve o objeto: _____

3. Assinale com um X o quão difícil foi explicar para que serve o objeto:

muito difícil difícil mais ou menos difícil fácil
 muito fácil

4. Assinale com um X o quão importante é o objeto na sua vida:

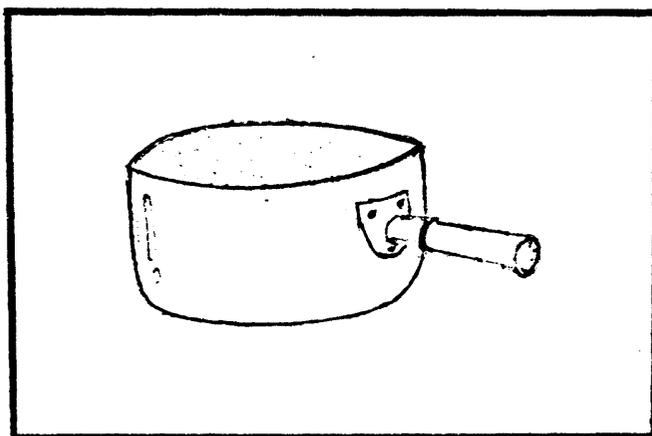
muito importante importante mais ou menos importante
 pouco importante nada importante

5. Assinale com um X o quanto os homens usam o objeto na vida diária:

usam muitíssimo usam muito usam mais ou menos
 usam pouco usam pouquíssimo

6. Assinale com um X o quanto as mulheres usam o objeto na vida diária:

usam muitíssimo usam muito usam mais ou menos
 usam pouco usam pouquíssimo



ANEXO 4

Delimitação Experimental:

| Sexo do Sujeito | Sexo do Experimento | Sexo da Tarefa | Situações Experimentais | | | | | | | |
|-----------------|---------------------|----------------|-------------------------|---|---|---|---|---|---|--|
| | | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | |
| MASCULINO | MASC | Masc | | | | | | | | |
| | | Fem | | | | | | | | |
| | | Neutr | | | | | | | | |
| | FEM | FEM | Masc | | | | | | | |
| | | | Fem | | | | | | | |
| | | | Neutr | | | | | | | |
| | | MASC | Masc | | | | | | | |
| | | | Fem | | | | | | | |
| | | | Neutr | | | | | | | |